



Leia o **Estadão** no Tablet. Saiba como em: [estadão.com.br/celular/ipad](http://estadão.com.br/celular/ipad)

**Ambiente.** Na busca de solução para disputa de terras na região, a presidente Dilma Rousseff pode tirar um pedaço da Flona do Jamanxim de até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo; proposta está sendo avaliada no Ministério do Meio Ambiente

# Governo estuda reduzir área da maior Floresta Nacional em até 1/3



**PLANETA**

**Marta Salomon**  
BRASÍLIA

No início de 2006, um decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, a maior de um conjunto de unidades de conservação no sul do Pará que ajudaria a conter o avanço das motosserras na Amazônia. Pouco mais de seis anos depois, o governo de Dilma Rousseff estuda tirar um pedaço da Flona de até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo para resolver a disputa de terras na região.

A decisão tem tudo para se tornar histórica. Mais do que a terça parte da maior Floresta Nacional do País, de pouco mais de 1,3 milhão de hectares, está em jogo o destino da política de combate ao desmatamento na Amazônia. Ambientalistas certamente verão nela o início do desmanche das unidades de conservação, cujo ritmo de criação despencou desde o início do governo Dilma.

O problema é um pouco mais complicado. Grande parte das unidades de conservação criadas nos últimos anos não concluiu o processo de regularização das terras. Há bilhões de reais em indenizações a serem pagas. A reivindicação por terras no interior dessas áreas de proteção que implica em redução das unidades de conservação pode chegar a 1 milhão de hectares apenas no sul do Pará, segundo estimativas preliminares.

“Há situações a serem corrigidas”, diz a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. “Mas é preciso separar o joio do trigo, para ver quem tem direito à posse da terra e quem a ocupou ilegalmente, para especular e desmatar. Há muito interesse de grilagem na região.”

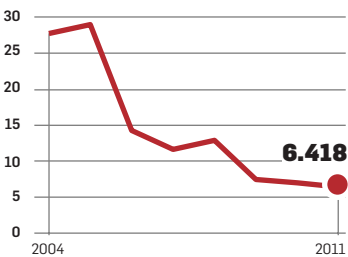
O assunto está em estudo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), subordinado ao ministério, e deve ser levado ao gabinete da presidente (*mais informações nesta página*). Enquanto a decisão não sai, a Flona do Jamanxim abriga rebanhos e pastagens degradadas, além da produção de café, milho e arroz onde, por lei, a única atividade econô-

## ● Interesses em jogo

**IZABELLA TEIXEIRA**  
MINISTRA DO MEIO AMBIENTE  
“Há situações a serem corrigidas. Mas é preciso separar o joio do trigo, para ver quem tem direito à posse da terra e quem a ocupou ilegalmente, para especular e desmatar: há muito interesse de grilagem na região.”

## NA AMAZÔNIA

DESMATAMENTO EM KM<sup>2</sup>



FONTE: MMA

INFOGRÁFICO/AE

mica deveria ser o uso sustentável de produtos da floresta.

**Ameaças.** Em maio deste ano, segundo dados mais recentes de desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Jamanxim perdeu 1 km² de floresta – o segundo maior abate de árvores detectado em unidades de conservação no mês. No final do governo Lula, houve duas Operações Boi Pirata dentro da Flona, na tentativa de conter o desmatamento ilegal na unidade. Nessas operações, os animais eram apreendidos pelo governo e depois leiloados.

“Temos uma produção diversificada”, diz Nelci Rodrigues, uma das líderes do movimento para excluir áreas de produção da Flona. Paranaense, ela ocupa um terreno de 2,4 mil hectares, mas sustenta que apenas ocupações até 1,1 mil hectares devem ser reconhecidas, de acordo com o limite da lei de regularização fundiária na Amazônia.

**Lobby.** Ocupantes da Jamanxim contam com um forte lobby no Congresso, ao qual aderiram parlamentares da base de apoio do governo. O deputado Zé Geraldo (PT-PA) passou de defensor da criação da Flona a advogado da redução da área.

“Foi um remédio amargo, necessário na época, para conter a grilagem desenfreada e a frente de desmatamento”, sustenta o deputado. Ele calcula que cerca 500 famílias deveriam ter suas posses reconhecidas. Ainda pelos seus cálculos, a área no interior da unidade cuja ocupação deveria ser reconhecida alcança 600 mil hectares – quase metade do território da Jamanxim.

Documento encaminhado à ministra Izabella Teixeira pela advogada dos ocupantes da Flona, Samanta Pineda, alega que as pessoas que reivindicam a posse da terra foram atraídas pelo próprio governo federal a ocupar a Amazônia, nos anos 1970. “A inauguração da BR-163 era a concretização da promessa de que a região realmente seria foco dos recursos para o desenvolvimento”, afirma no texto.

Várias unidades de conservação no sul e oeste do Pará foram criadas para evitar a expansão do desmatamento após o asfaltamento da rodovia, que liga Cuiabá a Santarém.

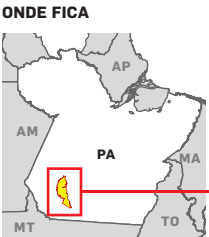


RODRIGO BALEIA/GREENPEACE-19/8/2010

**Devastação.** Onde deveria haver apenas atividades sustentáveis de uso dos recursos naturais, há pastagens e plantações

## SOB AMEAÇA

●Única atividade econômica na área deveria ser o uso sustentável de seus produtos naturais, mas ela abriga rebanhos e agriculturas



**NOME DA UNIDADE:**  
Flona do Jamanxim

**BIOMA:**  
Amazônia

**ÁREA:**  
1.301.120 hectares

**DIPLOMA LEGAL DE CRIAÇÃO:**  
Dec s/nº de 13 de fevereiro de 2006



INFOGRÁFICO/AE

## Apenas 4% dos donos de terra moram no local

Levantamento feito pelo ICMBio em 2009 revela que a maior parte dos posseiros tem residência em outros Estados

BRASÍLIA

Estudo de campo feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no ano de 2009 apresentou um retrato bem diferente da ocupação da região da Floresta Nacional de Jamanxim. A equipe do instituto identificou ocupações extensas, dedicadas principalmente à pecuária de corte, com baixa produtividade.

Um primeiro tipo de posseiro identificado é composto de grandes fazendeiros, com residência em Estados do Sul do País ou em Mato Grosso. Um segundo tipo também moraria fora da Flona e teria nas terras apenas parte de seus negócios.

Foi considerada rara a incidência de posseiros moradores, que tiram da floresta seu sustento – esses representariam apenas 4% da ocupação. O levantamento também identificou a existência

de garimpos no território.

“As ocupações ocorreram sempre de forma irregular, ou seja, como intrusão, sem as formalidades legais que permitem a justa contemplação dos direitos e deveres de posse”, diz o estudo do ICMBio, que condena a redução do tamanho da Flona do Jamanxim, ainda que admita a revisão de limites e o reconhecimento de ocupações em áreas mais desmatadas.

“A Flona Jamanxim não deve ser alvo de desconstituição ou mesmo de drástica redução. Isso levaria a um recuo da estratégia governamental de conservação e traria consequências ambientais imprevisíveis em várias outras unidades de conservação da Amazônia, invariavelmente sofrendo pressão fundiária, invasões e interesses políticos”, conclui o estudo técnico de revisão dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim.

O documento está disponível na internet.

Hoje, o ICMBio admite reduzir em até 220 mil hectares o território da Flona (de 1,3 milhão de hectares). Isso significa cerca de uma vez e meia o tamanho da cidade de São Paulo. **/M.S.**

## Hidrelétricas impuseram redução a UCs

◆ BRASÍLIA

◆ Ainda que a redução da Floresta Nacional do Jamanxim se limite aos 220 mil hectares admitidos nas negociações pelo Instituto

Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), esse número será maior do que os ajustes feitos em áreas de proteção pela presidente Dilma Rousseff, sob fortes críticas de am-

bientalistas.

Em janeiro, Dilma editou uma medida provisória que alterou o tamanho de sete unidades de conservação. O corte abriu caminho para as futuras hidrelétricas do Rio Tapajós.

As hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, também entra-

ram na lista de justificativas para os ajustes, ao lado da regularização fundiária em algumas unidades. Essa redução totalizou 146,6 mil hectares, o equivalente a quase o tamanho da cidade de São Paulo.

As usinas do Rio Tapajós consumiram 57 mil hectares (570 km²) da área de cinco unidades de uso sustentável. Não houve a criação de outras áreas para compensar essa redução – mais significativa na Floresta Nacional de

Itaituba 2, também no Pará, que perdeu 7% de seu território.

**Compensação.** De acordo com os cálculos do ICMBio, a ampliação das áreas dos parques nacionais da Amazônia e dos Campos Amazônicos teria compensado, com folga, a redução de unidades de conservação de proteção integral determinada pela medida provisória.

A Área de Proteção Ambiental (APA) Tapajós foi uma das unidades criadas, junto com a Floresta Nacional do Jamanxim, para conter o avanço da fronteira agrícola de Mato Grosso para o sul do

Pará, pressionada pelo asfaltamento da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

**Sob ataque no Congresso.** A redução do território de unidades de conservação é objeto de várias propostas que tramitam no Congresso Nacional. Em abril, havia mais de uma dezena de projetos com esse objetivo sendo debatida por deputados e senadores. Hoje, apresentado em 2008 pelo deputado Zequinha Marinho (PSC-PA), simplesmente torna sem efeito a criação da Floresta Nacional do Jamanxim. **/M.S.**



**CENTRO GASTRONÔMICO 24 HORAS, ESTACIONAMENTO E SEGURANÇA.**

**MAKSOUZ PLAZA** Consulte Cardápios: **(11) 3145 8000**  
São Paulo - SP [www.maksoud.com.br](http://www.maksoud.com.br) 0800.0.13.44.11  
Al. Campinas, 150



**Kalunga**  
.com